

PROCESSO - A.I. Nº 210365.0020/01-6
RECORRENTE - POSTO SANTA RITA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE REVISTA – Acórdão 1ª CJF nº 0465-11/02
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 22.04.03

CÂMARA SUPERIOR

ACÓRDÃO CS Nº 0033-21/03

EMENTA: ICMS. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Constitui requisito de admissibilidade do Recurso de Revista a indicação precisa de Decisão divergente a ser tomada como paradigma e a conseqüente demonstração da identidade jurídica da mesma com a Decisão recorrida. A Decisão invocada diz respeito a fatos e fundamentos de direito diversos dos que são analisados no presente caso. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de um Recurso de Revista interposto pelo autuado quanto ao Acórdão CJF nº 0465-11/02, que Negou Provimento ao seu Recurso Voluntário quanto ao Acórdão JJF nº 0326-01/02 que julgou PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração nº 2103650020/01-6.

Argúi que não restou comprovado o “estouro de caixa”, pela falta de escrituração de pagamento, conforme demonstra citando as Notas Fiscais nºs 1137 que foi devidamente contabilizada, Nota Fiscal nº 206400 que não gerou desembolso financeiro, Notas Fiscais nºs 91705, 105806 e 141316 referentes a bens adquiridos via Consórcios. Apresenta cópia do livro Razão e justifica a mudança do método de contabilidade em 1999.

Em relação ao item referente à diferenciação de alíquotas, cita o artigo 93, V, “a” do RICMS/Ba, bem como o artigo 100, § 7º deste mesmo regulamento para fundamentar suas assertivas quanto a seu procedimento fiscal, o qual, julga correto.

Requer a exclusão dos itens 3 e 5 do Auto de Infração.

A PROFAZ analisa o Recurso de Revista, afirma que o mesmo deveria apresentar um pressuposto de admissibilidade, cuja presença é imperativa.

Tal pressuposto reside na indicação precisa de Decisão paradigma sobre a mesma questão jurídica em sentido contrário a recorrida.

O recorrente não indica qualquer Decisão que pudesse ser analisada e comparada com a Decisão recorrida, logo, opina pelo **NÃO CONHECIMENTO** do Recurso de Revista, por lhe faltar pressuposto de admissibilidade.

VOTO

Neste Recurso de Revista interposto concordo integralmente com o Parecer PROFAZ exarado as folhas de n^{os} 446 e 447 dos autos.

Aliás, não elaborei um relatório mais detalhado do Recurso de Revista, pois, ao não vislumbrar a presença de um pressuposto de admissibilidade, sabia que o mesmo não ultrapassaria a fase de conhecimento.

O RPAF/99 no seu artigo 169, II, “a” prevê que caberá Recurso de Revista para a Câmara Superior do CONSEF, quando a Decisão de qualquer Câmara divergir do entendimento sobre idêntica questão jurídica manifestada por outra Câmara ou pela Câmara Superior.

O recorrente apresenta fundamentos de mérito, porém, olvidou-se de apresentar uma Decisão paradigma que servisse de pressuposto de admissibilidade para sua petição recursal.

Por esta razão e concordando com a Douta PROFAZ, voto pelo NÃO CONHECIMENTO deste Recurso de Revista.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso de Revista apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n^o 210365.0020/01-6, lavrado contra **POSTO SANTA RITA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.**, devendo o recorrente ser intimado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$60.652,91**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$34.411,25 e 70% sobre R\$26.241,66, previstas no art. 61, IV, “a”, da Lei n^o 4.825/89 e no art. 42, II, “f” e III, da Lei n^o 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de março de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ – REPR. DA PROFAZ